





continuação

(g) Ativos de direito de uso:

	Anteriormente apresentado				
	2023				
	Terras, Terrenos e Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	2.288	3.649	-	479	6.416
Custo	15.144	43.423	-	86.226	144.793
Amortização acumulada	(12.856)	(39.774)	-	(85.747)	(138.377)
Saldo líquido no início do exercício	2.288	3.649	-	479	6.416
Novos contratos	-	110	-	-	110
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	(2.870)	(1.462)	-	-	(4.332)
Remensuração de principal	-	-	-	-	-
Saldo no final do exercício	(582)	2.297	-	479	2.194
Custo	15.144	43.533	-	86.226	144.903
Amortização acumulada	(15.726)	(41.236)	-	(85.747)	(142.709)
Saldo líquido no final do exercício	(582)	2.297	-	479	2.194

	Anteriormente apresentado				
	2023				
	Terras, Terrenos e Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	44.780	53.919	1.475	4.717	104.891
Custo	42.926	123.688	2.930	(53.485)	116.059
Amortização acumulada	1.854	(69.769)	(1.455)	58.202	(11.168)
Saldo líquido no início do exercício	44.780	53.919	1.475	4.717	104.891
Novos contratos	362	244.052	-	44.056	288.470
Baixas	-	(32.174)	-	-	(32.174)
Amortização	(950)	(49.720)	(763)	(8.517)	(59.950)
Remensuração de principal	4.076	2.124	421	-	6.621
Saldo no final do exercício	48.268	218.201	1.133	40.256	307.858
Custo	47.320	338.567	2.604	(9.449)	379.042
Amortização acumulada	948	(120.366)	(1.471)	49.705	(71.184)
Saldo líquido no final do exercício	48.268	218.201	1.133	40.256	307.858

	Anteriormente apresentado				
	2023				
	Terras, Terrenos e Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	47.068	57.568	1.475	5.196	111.307
Custo	58.070	167.111	2.930	32.741	260.852
Amortização acumulada	(11.002)	(109.543)	(1.455)	(27.545)	(149.545)
Saldo líquido no início do exercício	47.068	57.568	1.475	5.196	111.307
Novos contratos	362	244.162	-	44.056	288.580
Baixas	-	(32.174)	-	-	(32.174)
Amortização	(3.820)	(51.182)	(763)	(8.517)	(64.282)
Remensuração de principal	4.076	2.124	421	-	6.621
Saldo no final do exercício	47.686	220.498	1.133	40.735	310.052
Custo	62.463	382.100	2.604	76.778	523.945
Amortização acumulada	(14.777)	(161.602)	(1.471)	(36.043)	(213.893)
Saldo líquido no final do exercício	47.686	220.498	1.133	40.735	310.052

(h) Passivos de arrendamento mercantil:

	Anteriormente apresentado	
	2023	
Saldo no início do exercício	6.476	
Novos contratos	110	
Baixas	-	
Remensuração de principal	-	
Pagamento de passivos de arrendamentos	(9.284)	
Pagamento de juros	(714)	
Juros acruados	343	
Varição cambial	-	
Saldo no final do exercício	(3.069)	
Passivo circulante	(3.223)	
Passivo não circulante	154	

	Anteriormente apresentado	
	2023	
Saldo no início do exercício	115.748	
Novos contratos	288.470	
Baixas	(33.652)	
Remensuração de principal	6.621	
Pagamento de passivos de arrendamentos	(45.618)	
Pagamento de juros	(27.375)	
Juros acruados	28.220	
Varição cambial	(2.301)	
Saldo no final do exercício	330.113	
Passivo circulante	86.717	
Passivo não circulante	243.396	

	Anteriormente apresentado	
	2023	
Saldo no início do exercício	122.224	
Novos contratos	288.580	
Baixas	(33.652)	
Remensuração de principal	6.621	
Pagamento de passivos de arrendamentos	(54.902)	
Pagamento de juros	(28.089)	
Juros acruados	28.563	
Varição cambial	(2.301)	
Saldo no final do exercício	327.044	
Passivo circulante	83.494	
Passivo não circulante	243.550	

**2.3. Principais empresas controladas e coligadas:** Os investimentos em entidades coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada ou controlada. As controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são conduzidas pela Companhia, nas quais normalmente há participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração para avaliar se a Companhia controla outra entidade. Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. **2.4. Conversão de moeda estrangeira:** (a) **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$"). (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais ("R\$"). Para itens remensurados são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Variações cambiais, líquidas". **3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações:** (a) **Novas normas e alterações - Vigentes a partir de 01/01/2024:** Existem diversas novas normas e alterações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01/01/2024. A adoção dessas novas normas e alterações não teve impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. As alterações ao IAS 7 e IFRS 7 relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores foram adotadas antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras em 31/12/2023. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, alteração ou interpretação que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor. **Classificação de Passivos como Correntes ou Não Correntes e Passivos Não Correntes com covenants - Emendas à IAS 1:** As alterações à IAS 1 especificam os requisitos para classificar passivos como correntes ou não correntes dependendo dos direitos de diferir a liquidação na data da divulgação. Além disso, uma entidade é obrigada a divulgar quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não corrente e o direito da entidade de diferir a liquidação depende do cumprimento de futuros covenants dentro de doze meses. Essas divulgações incluem o valor contábil do passivo, as informações sobre os covenants; e fatos e circunstâncias, se houver, indicando que a entidade pode ter dificuldade em cumprir os covenants. **Passivo de arrendamento em venda e leaseback - Emendas ao IFRS 16:** As alterações ao IFRS 16 especificam os requisitos que um vendedor-arrendatário usa na mensuração do passivo de arrendamento decorrente de uma transação de venda e leaseback, para garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça nenhum valor do ganho ou perda relacionado ao direito de uso que ele retém. (b) **Novas normas, regulamentações emitidas e às normas contábeis ainda não vigentes:** Houve algumas normas e alterações que foram emitidas, mas ainda não estão em vigor e o impacto nas operações e/ou demonstrações financeiras da empresa está sob avaliação. **IAS 21 - Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio:** Em agosto de 2023, o IASB emitiu emendas ao IAS 21 Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio para especificar como uma entidade deve avaliar se uma moeda é negociável e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista quando a negociabilidade estiver ausente. As emendas também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários de suas demonstrações financeiras entender como a moeda não ser trocável na outra moeda afeta, ou espera-se que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As emendas serão efetivas para períodos de relatórios anuais começando em ou após 01/01/2025. A adoção antecipada é permitida, mas precisará ser divulgada. Ao aplicar as emendas, uma entidade não pode reafirmar informações comparativas. Não se espera que as emendas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da empresa. **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação na demonstração de lucros e perdas, incluindo totais e subtotais específicos. Além

**Nexa Recursos Minerais S.A.**

disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de lucros e perdas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. Ele também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (PFS) e das notas. Além disso, foram feitas alterações de escopo restrito à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de 'lucro ou prejuízo' para 'lucro ou prejuízo operacional' e a remoção da opcionalidade em torno da classificação de fluxos de caixa de dividendos e juros, devido a essas alterações houve alterações consequentes a vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações aos outros padrões são efetivos para períodos de relatórios iniciados em ou após 01/01/2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar os impactos em suas demonstrações financeiras em relação a este novo padrão e as alterações consequentes a outros padrões. **IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas alterações devem esclarecer a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro, incluir mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos de principal e juros, definir divulgações adicionais para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança) e atualizar as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As alterações entrarão em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2026. A adoção antecipada é permitida, com a opção de adotar as alterações antecipadamente apenas para recursos contingentes. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar os impactos em suas demonstrações financeiras em relação a este novo padrão e as alterações consequentes a outros padrões. **IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e divulgação de uso próprio e contabilidade de hedge em "Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza":** Em dezembro de 2024, o IASB alterou o IFRS 9 e o IFRS 7 para abordar a classificação e divulgação de uso próprio e contabilidade de hedge em "Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza". As alterações pertencem aos requisitos de uso próprio e aos requisitos de contabilidade de hedge, juntamente com as divulgações relacionadas. O escopo das alterações é restrito e se aplica apenas a contratos que atendem às características de escopo especificadas. A data efetiva das alterações é para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01/01/2026, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está atualmente trabalhando na identificação de todos os impactos que as alterações terão em suas demonstrações financeiras. **IFRS 19 - Divulgação Reduzida para Subsidiárias Elegíveis:** Em 09/05/2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas). O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 01/01/2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar os impactos em suas demonstrações financeiras em relação a este novo padrão e as alterações consequentes a outros padrões. **4. Estimativas e julgamentos críticos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer o uso de estimativas, premissas e julgamentos que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos, as divulgações anexas e a divulgação de passivos contingentes na data das demonstrações financeiras. As estimativas e premissas contábeis, por definição, raramente serão iguais aos resultados reais e são continuamente avaliadas para refletir as mudanças nas expectativas sobre eventos futuros. A administração também precisa exercer julgamento na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Esta nota fornece uma visão geral das áreas que envolvem maior julgamento ou complexidade, e dos itens que são mais propensos a serem ajustados materialmente devido a estimativas e premissas que se revelam erradas devido à sua incerteza. Informações detalhadas sobre cada uma dessas estimativas, premissas e julgamentos estão incluídas em outras notas juntamente com informações sobre a base de cálculo para cada item afetado nas demonstrações financeiras. As estimativas contábeis críticas, premissas e julgamentos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes: • estimativa de IRPJ corrente e diferido - nota 10 • estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros - nota 12 • impairment de contas a receber de clientes - nota 17 • estimativa do valor realizável líquido dos estoques - nota 18 • estimativa de quantificação de reservas e recursos minerais para cálculo de vida útil - nota 23 • estimativa de barragens, desmobilização de ativos e obrigações ambientais - nota 28 • estimativa de provisões para processos judiciais - nota 29 • estimativa de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - nota 31 Estimativas, premissas e julgamentos são avaliados continuamente. Eles são baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que podem ter um impacto financeiro sobre a Companhia e que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. Além disso, a Companhia tem considerado os efeitos do Ambiental, Social e de Governança ("ESG") ao fazer suas estimativas, suposições e julgamentos críticos com base nos compromissos ESG de longo prazo atualizados. Os eventos e alterações nas circunstâncias ocorridos após 31/12/2024 serão refletidos nas estimativas da administração para períodos futuros, bem como os desdobramentos serão capitalizados ou debitados, dependendo da sua natureza e função, no período em que forem incorridos. **5. Receita líquida: Política contábil:** As receitas representam o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de impostos sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece as receitas quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência de um bem ou serviço prometido a um cliente. O ativo é transferido quando o cliente obtém o controle desse ativo. Para determinar o momento em que um cliente obtém o controle de um ativo prometido, a Companhia considera os seguintes indicadores: (i) a Companhia tem o direito atual de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente tem a titularidade legal do ativo; (iii) a Companhia transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente tem os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; (v) o cliente aceitou o ativo. **Identificação e prazo de satisfação das obrigações de desempenho:** A Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas incluídas em certos contratos de venda: (i) a promessa de fornecer mercadorias a seus clientes e (ii) a promessa de fornecer frete e contratação de seguro a seus clientes. **Promessa de fornecer mercadorias:** esta obrigação de desempenho é satisfeita quando o controle de tais bens é transferido para o cliente final, o que é substancialmente determinado com base nos *Incoterms* pactuados em cada um dos contratos com os clientes. **Promessa de fornecer frete e contratação de seguro:** essa obrigação de desempenho é satisfeita quando os serviços de frete e contratação de seguro são concluídos. Em decorrência das distintas obrigações de desempenho identificadas, parte da receita da Companhia é apresentada como receita de prestação de serviços. O custo relacionado às receitas de serviços é apresentado como "Custo dos produtos vendidos". As receitas de venda de mercadorias, serviços de fretes e seguros são reconhecidas no momento em que o controle é transferido e quando os serviços contratados são prestados. É neste momento que um cliente a receber é reconhecido porque apenas a passagem do tempo é necessária antes que a contraprestação seja devida. A Companhia não possui ativos contratuais que dêem direito à contraprestação em troca de bens ou serviços que a Companhia transferiu ao cliente, uma vez que todos os direitos de contraprestação dos contratos são incondicionais. Em 2024, 29% da receita foi proveniente de vendas para a Controladora (conforme nota 20), que é o maior cliente da Companhia. Além disso, a receita por clientes é diversificada, sem concentração significativa. Essas receitas são atribuídas a ambos os segmentos, mineração e fundição. **Determinação do preço de transação e dos valores alocados às obrigações de desempenho:** A Companhia considera os termos do contrato e suas práticas comerciais habituais para determinar o preço da transação. O preço da transação é o valor da contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços prometidos a seus clientes. O preço da transação é alocado para cada obrigação de desempenho em uma base de preço de venda independente relativa. Os preços de transação incluídos nos contratos de venda da Companhia são baseados principalmente em referências de preços internacionais e sujeitos a ajustes de preço com base no preço de mercado no final do período de cotação estipulado no contrato de venda. Estes são referidos como acordos de preços provisórios que estão sujeitos a um ajuste de preço mensal. Em 31/12/2024, os ajustes de preços pendentes a serem feitos não eram materiais. Os preços dos produtos negociados pela Companhia são determinados pela cotação do zinco na Bolsa de Metais de Londres (*London Metal Exchange - LME*). As eventuais flutuações dos preços dependem de vários fatores externos, como demanda e capacidade de produção mundial e estratégias mercadológicas adotadas pelos principais produtores. (a) **Composição:**

	2024	2023
<b>(i) Receita por moeda:</b>		
Moeda Real	2.874.940	2.658.096
Dólar-Norte americano	2.340.058	1.992.776
	<b>5.214.998</b>	<b>4.650.872</b>

**6. Abertura do resultado por natureza:** Política contábil: O custo dos produtos vendidos consiste pelo custo de fabricação e são reconhecidas na demonstração do resultado na data de entrega ao cliente ao mesmo tempo que a receita é reconhecida a partir da respectiva venda. As despesas com vendas, gerais e administrativas são reconhecidas pelo regime de competência e, quando aplicável, no mesmo período em que as receitas a que estão relacionadas são reconhecidas.

	2024		
	Custos dos produtos vendidos	Despesas com vendas, gerais e administrativas	Exploração mineral e projetos de desenvolvimento
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	(2.822.574)	-	(2.822.574)
Serviços de terceiros	(584.598)	(38.286)	(123.268)
Depreciação e amortização	(587.443)	(11.876)	(3.060)
Despesas com benefícios a empregados	(515.772)	(162.263)	(31.257)
Outras despesas	(85.400)	(53.365)	(13.699)
	<b>(4.595.787)</b>	<b>(265.790)</b>	<b>(171.284)</b>
			<b>(5.032.861)</b>

	2023 (Reapresentado)		
	Custos dos produtos vendidos	Despesas com vendas, gerais e administrativas	Exploração mineral e projetos de desenvolvimento
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	(3.011.290)	-	(3.011.290)
Serviços de terceiros	(387.824)	(31.263)	(199.834)
Depreciação e amortização	(484.180)	(14.864)	(580)
Despesas com benefícios a empregados	(457.823)	(144.316)	(40.300)
Outras despesas	(35.570)	(57.941)	(32.858)
	<b>(4.376.867)</b>	<b>(248.384)</b>	<b>(273.572)</b>

**7. Exploração mineral e avaliação de projetos:** Política contábil: Os custos de exploração mineral e avaliação de projetos são contabilizados no exercício em que são incorridos. As atividades de exploração mineral envolvem a busca de recursos minerais a partir de áreas potenciais até a determinação da viabilidade comercial e técnica de um recurso identificado. Os custos de exploração mineral incluem a coleta de dados de exploração por meio de estudos geológicos e geofísicos, realização de sondagens e amostragem exploratórias e determinação e análise do volume e teor dos recursos identificados. Os custos de avaliação de projetos estão relacionados principalmente a estudos de escopo, pré-viabilidade e viabilidade para projetos *greenfield* e *brownfield*. Além disso, esses custos de avaliação também podem incluir custos incorridos para estudos relacionados a outros projetos corporativos, projetos de pesquisa, inovação, automação e tecnologia da informação. A nota 22 descreve quando os custos de exploração mineral e avaliação de projetos começam a ser capitalizados. (a) **Composição de Exploração mineral e avaliação de projetos:**

	2024	2023
Exploração mineral	(109.658)	(119.046)
Avaliação de projetos	(61.626)	(154.526)
	<b>(171.284)</b>	<b>(273.572)</b>

	2024	
	2024	2023
Remensuração de desmobilização de ativos e obrigações ambientais	60.789	(25.877)
Ganho na venda de investimento	2.365	-
Provisões de processos judiciais	(3.270)	(28.746)
Provisão para descaracterização de barragens - nota 28 (a) (iii)	(4.932)	(34.475)
Projetos e contribuições para comunidades	(9.945)	(8.129)
Perda estimada para obsolescência e baixo giro de estoques	(22.813)	5.316
Perda na venda de imobilizado	(88.433)	889
Denúncia espontânea - ICMS (i)	-	(424.860)
Subvenção de investimento governamental (ii)	-	161.843
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(47.277)	(30.005)
	<b>(113.516)</b>	<b>(384.044)</b>

(i) Conforme relatado anteriormente ao longo de 2023, a Nexa cooperou com a investigação realizada pela Secretaria Fiscal do Estado de Minas Gerais e pelo Ministério Público de Minas Gerais (as "Autoridades de MG") das práticas de alguns antigos clientes da Nexa com relação a transações comerciais e imposto sobre valor agregado (IVA) relacionado, bem como o relacionamento da Nexa com tais antigos clientes. (ii) Em dezembro de 2021, a Companhia aderiu a uma Lei Brasileira que estabelece que as subvenções governamentais dos incentivos fiscais de "Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços" ("ICMS") são consideradas subsídios a investimentos e devem ser excluídos do lucro tributável para fins de cálculo do IRPJ Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da CSLL sobre o Lucro Líquido ("CSLL"). Em 29/12/2023, foi publicada uma nova lei nº 14.789/2023, revogando o tratamento para fins de IRPJ e CSLL de subsídios para investimentos, criando um novo mecanismo de crédito tributário. A nova regra também fornece um conceito limitado de subsídio de investimentos abrangendo apenas benefícios de IVA destinados a implementar ou expandir um empreendimento econômico. Esta nova regulamentação entrou em vigor em 2024, e a Companhia avaliou que, por enquanto, não deve continuar a excluir os incentivos fiscais de ICMS da base de cálculo do IRPJ/CSLL. **9. Resultado financeiro líquido: Política contábil:** (i) **Despesas Financeiras:** Os custos financeiros das obrigações são reconhecidos como despesa quando incorridos, exceto aqueles diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos qualificáveis, ou seja, ativos que requerem um tempo substancial para estarem prontos para uso, os quais são capitalizados ao custo dentro do imobilizado e equipamentos e/ou intangíveis a que se referem. (ii) **Receita financeira:** A receita financeira é composta principalmente por receita de juros e é reconhecida pelo regime de competência para refletir o rendimento efetivo do ativo pelo método da taxa de juros efetiva. (iii) **Outros itens financeiros, líquidos:** Outros itens financeiros líquidos são compostos pelo líquido das receitas e despesas relacionadas ao valor justo de empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e variações cambiais.

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos em aplicações financeiras	25.237	28.307
Receita com garantia de empréstimos de partes relacionadas	30.617	-
Atualização monetária sobre depósito judicial	14.876	8.712
Ganho na renegociação de dívidas - Nota 25 (b)	12.990	-
Reversão de atualização monetária sobre provisões - Nota 29 (b)	10.582	13.750
Outras receitas financeiras	8.783	12.864
	<b>103.085</b>	<b>63.633</b>

	2024	2023
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(292.238)	(172.373)
Juros sobre operações de partes relacionadas - Nota 20	(114.766)	(86.716)
Juros e atualização monetária sobre ARO	(65.806)	(64.420)
Juros sobre contratos de arrendamento	(36.401)	(28.570)
Encargos sobre operações de descontos	(21.929)	(24.863)
Atualização monetária sobre provisões - Nota 29 (b)	(17.525)	(15.507)
Juros sobre denúncia espontânea - ICMS - Nota 8 (ii)	(8.235)	(78.



continuação

Nexa Recursos Minerais S.A.

aplicação de regulamentos tributários complexos. Julgamento significativo, estimativas e premissas são necessárias para determinar o valor dos impostos diferidos que seriam recuperados, uma vez que esse valor pode ser afetado por fatores que incluem, mas não se limitam a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, que são baseadas na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais e custos de capital planejados; (ii) ambiente macroeconômico; e (iii) cenários comerciais e tributários. Adicionalmente, a Companhia está sujeita a revisões de IRPJ e outros pagamentos de impostos, e podem surgir disputas com as autoridades fiscais sobre a interpretação das leis aplicáveis e regulamentos. (a) Reconciliação da despesa de imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e CSLL sobre o Lucro Líquido ("CSLL"):

Table with columns for 2024 and 2023, showing financial metrics like (Prejuízo) lucro antes do IRPJ e da CSLL, Aliquotas nominais, IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais, etc.

(d) Provisão tributária sobre IRPJ: Há incertezas referentes a processos legais para os quais é improvável que haja um desembolso de caixa. Para estes casos, a provisão não é constituída. Em 31/12/2024, os principais processos referem-se a prejuízo fiscal e base negativa e dedutibilidade de despesas com variação cambial. O saldo referente a esses processos é de R\$ 125.600 (R\$ 123.334 em 31 de dezembro de 2023). (e) Pilar 2 - análise dos efeitos estimados: A Companhia está dentro do escopo das regras do modelo Pillar Dois da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que estabelecem uma nova estrutura de imposto mínimo global de 15%. A legislação do Pillar Dois foi adotada no Brasil e está em vigor para o ano fiscal iniciado em 01/01/2025. (f) Novas regras de preço de transferência no Brasil: A partir de 01/01/2024, a Lei 14.596/2023 entrou em vigor e introduziu novas regras de preços de transferência (regras de TP) no Brasil. Essas regras visam se alinhar aos padrões internacionais estabelecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de acordo com o princípio arm's length, que estipula que os termos e condições de uma transação controlada devem ser consistentes com aqueles que seriam estabelecidos entre terceiros em transações comparáveis. A Companhia realizou uma avaliação da exposição potencial aos impostos de renda e a Companhia não espera uma exposição potencial ao imposto complementar do Pillar Dois. 11. Gestão de risco financeiro: 11.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e risco de commodities); b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. Parte significativa dos produtos comercializados pela Companhia são commodities, com preços atrelados a índices internacionais e denominados em dólares norte-americanos. Os custos de produção, no entanto, são predominantemente denominados em reais e, portanto, há um descasamento de moedas entre receitas e custos. Adicionalmente, a Companhia possui dívidas atreladas a diferentes indexadores e moedas, que podem impactar seus fluxos de caixa. Para mitigar os potenciais efeitos adversos de cada fator de risco financeiro, a Companhia segue uma Política de Gestão de Risco Financeiro que estabelece governança e diretrizes para o processo de gestão de risco financeiro, bem como métricas para mensuração e monitoramento. Esta política estabelece diretrizes e regras para: (i) Gestão de Exposição de Mercadorias, (ii) Gestão de Exposição Cambial, (iii) Gestão de Exposição a Taxas de Juros, (iv) Gestão de Riscos de Emissões e Contrapartes e (v) Gestão de Liquidez e Endividamento Financeiro. Todas as estratégias e propostas devem obedecer às diretrizes e normas da Política de Gestão de Riscos Financeiros, serem apresentadas e discutidas com o Comitê de Finanças do Conselho de Administração e, quando aplicável, submetidas à aprovação do Conselho de Administração, dentro da estrutura de governança descritas na Política de Gestão de Riscos Financeiros. (a) Risco de mercado: O processo de gerenciamento de risco de mercado e todas as ações relacionadas têm como objetivo proteger os fluxos de caixa da Companhia contra eventos adversos, como mudanças nas taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros, manter a adequação de pagamento de obrigações financeiras e cumprir com níveis de liquidez e endividamento definidos pela administração. (i) Análise de sensibilidade: Apresentamos a seguir uma análise de sensibilidade dos principais fatores de risco que afetam a precificação dos instrumentos financeiros em aberto relativos a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. As principais sensibilidades são a exposição às variações da taxa de câmbio do dólar, da SOFR e do CDI e dos preços das commodities. Os cenários para esses fatores são elaborados utilizando fontes de dados e outras fontes relevantes, de acordo com as políticas da Companhia. Os cenários em 31/12/2024 estão descritos abaixo: • Cenário I: considera uma mudança nas curvas e cotações a termo de mercado em 31/12/2024, conforme cenário base definido pela Companhia para 31/03/2025. • Cenário II: considera uma variação de + ou -25% nas curvas de juros a termo de mercado em 31/12/2024. • Cenário III: considera uma variação de + ou -50% nas curvas de juros a termo de mercado em 31/12/2024.

que incluem juros a incorrer e, portanto, não conciliam diretamente com os valores apresentados no balanço patrimonial.

Table with columns for 2024 and 2023, showing financial metrics like Empréstimos e financiamentos, Passivos de arrendamento mercantil, Dividendos a pagar, etc.

(d) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são salvaguardar sua capacidade de continuidade, para que possa continuar proporcionando retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas; e manter uma estrutura de capital ótima para reduzir o custo de capital. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o nível de dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o endividamento. A Companhia monitora o capital principalmente pelo índice de alavancagem, calculado como dívida líquida sobre EBITDA Ajustado. As medidas de dívida líquida e EBITDA Ajustado não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutas do lucro líquido ou lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou como alternativos ao fluxo de caixa como medidas de liquidez. Além disso, o cálculo da administração do EBITDA Ajustado pode ser diferente do cálculo usado por outras Companhias, incluindo concorrentes do setor de mineração e fundição, portanto, essas medidas podem não ser comparáveis às de outras Companhias. 12. Instrumentos financeiros: Política contábil: As compras e vendas normais de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação para todos os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, se houver, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos da transação são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de recebimento de fluxo de caixa dos investimentos expiram ou a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros. Instrumentos de patrimônio podem ser irrevogavelmente eleitos em seu reconhecimento inicial para que suas mudanças de valor justo sejam apresentadas em outros resultados abrangentes em vez de na demonstração do resultado. Como o objetivo dos instrumentos patrimoniais da Companhia é comprar mais participação em um projeto e não vender o investimento, eles são classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em seguida, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: - custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. (i) Custo amortizado: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e para os quais os termos contratuais do ativo financeiro dão origem em datas específicas a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros ("SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, como derivativos e alguns empréstimos e financiamentos específicos. (ii) Valor justo através do resultado: Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos que uma entidade administra com o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda de tais ativos e ativos financeiros que não geram fluxos de caixa SPPI sobre o valor do principal em aberto. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos que não foram mensurados ao custo amortizado, como derivativos e empréstimos e financiamentos que são designados pela opção de valor justo quando necessário para eliminar o descasamento contábil que surgiria se o custo amortizado fosse utilizado. (iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e para os quais os termos contratuais do ativo financeiro dão origem em datas específicas a fluxos de caixa que são SPPI sobre o valor principal em aberto. (a) Segregação por categoria: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Table showing impacts on results for various risk factors like Taxa de câmbio estrangeiro, Taxa de juros, Empréstimos e financiamentos, etc., with columns for Quotação, Choque nas Curvas, and various scenarios.

(a) Risco Cambial: O risco cambial é administrado por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece que os objetivos das operações com derivativos são reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, proteger-se da exposição cambial e minimizar os descasamentos cambiais. Por mais que a moeda funcional da Companhia seja o Real Brasileiro, a administração segue o modelo para prevenção de risco da Nexa (controladora), em que o dólar norte-americano é a moeda funcional, assim todas as ações relacionadas ao processo de gerenciamento de risco de mercado visam proteger os fluxos de caixa consolidados, além de manter a capacidade de pagar obrigações financeiras e cumprir com os níveis de liquidez e endividamento definidos pela administração. Abaixo, apresentamos os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira em 31/12/2024 (na moeda funcional companhia).

Table with columns for 2024 and 2023, showing financial metrics like Ativos em moeda estrangeira, Passivos em moeda estrangeira, etc.

(i) Risco com taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado às taxas de juros. Para mais informações relacionadas às taxas de juros, vide nota 25. A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia estabelece diretrizes e regras para proteção contra variações nas taxas de juros que impactam o fluxo de caixa da Companhia. A exposição a cada taxa de juros é projetada até o vencimento dos ativos e passivos expostos a esse índice. Ocasionalmente, a Companhia realiza Swaps de taxas de juros flutuantes para fixas para administrar seu risco de taxa de juros de fluxo de caixa. No caso de Swaps contratados em conjunto com empréstimos e financiamentos, a Companhia os contabiliza na opção de valor justo para eliminar o descasamento contábil que ocorreria se fosse utilizado o custo amortizado (mais informações vide nota 25). (ii) Risco do preço de commodities: O risco de preço de commodities está relacionado à volatilidade dos preços das commodities da Companhia. Os preços variam de acordo com a demanda, a capacidade de produção, os níveis de estoque dos produtores, as estratégias comerciais adotadas pelos grandes produtores e a disponibilidade de substitutos para esses produtos no mercado global. A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia estabelece diretrizes para mitigar o risco de oscilações nos preços das commodities que possam impactar os fluxos de caixa da Companhia. A exposição ao preço de cada commodity considera as projeções mensais de produção, compras de insumos e os fluxos de vencimento dos Hedges a eles associados. As operações de hedge de preços de commodities são classificadas nas seguintes estratégias de Hedge: Hedges de operações de venda de zinco a preço fixo (Hedge de clientes): O objetivo é converter as vendas de preços fixos em preços flutuantes da London Metal Exchange (LME). O objetivo da estratégia é manter as receitas de uma unidade de negócios vinculada aos preços da LME. Essas transações geralmente estão relacionadas às compras de zinco para liquidação futura no mercado de balcão. Hedges para incompatibilidades de períodos cotacionais (Hedges de Book): O objetivo é cobrir os descasamentos entre períodos cotacionais decorrentes entre as compras de metal concentrado ou metal beneficiado e a venda do metal processado. Essas transações geralmente estão relacionadas a compras e vendas de zinco para futuros negócios no mercado de balcão. Hedge de margem operacional (Hedge estratégico): O objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa dos preços de zinco, cobre e prata na LME e garantir uma margem operacional mais previsível. Esta estratégia é realizada através da venda de contratos a termo de zinco. Para a Companhia, a operação também envolve a venda de contratos a termo em dólares para proteger a margem operacional em reais. (b) Risco de crédito: Contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, depósitos a prazo, certificados de depósitos bancários ("CDBs") e títulos públicos criam exposição ao risco de crédito em relação às contrapartes e emissores. A Companhia tem como política efetuar depósitos em instituições financeiras que possuam, no mínimo, rating de duas das seguintes agências internacionais de rating: Fitch, Moody's ou Standard & Poor's. O rating mínimo exigido para as contrapartes é determinado da seguinte forma: - Operações onshore: rating "A", ou equivalente, em escala local por duas agências de rating. No caso de instituições financeiras estrangeiras que possuam rating local por apenas uma agência de rating, deve ser no mínimo "AA-", e/ou sua sede deve ter rating mínimo "A" em escala

Table showing credit ratings for Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Instrumentos financeiros derivativos, and Outros ativos, with columns for Rating local, Rating global, and Total for 2024 and 2023.

Table with columns for 2024, showing financial metrics like Ativos, conforme o balanço patrimonial, Nota amortizado, Valor justo por meio do resultado, Total.

Table with columns for 2024, showing financial metrics like Passivos, conforme o balanço patrimonial, Nota amortizado, Valor justo por meio do resultado, Total.

Table with columns for 2023, showing financial metrics like Ativos, conforme o balanço patrimonial, Nota amortizado, Valor justo por meio do resultado, Total.

Table with columns for 2023, showing financial metrics like Passivos, conforme o balanço patrimonial, Nota amortizado, Valor justo por meio do resultado, Total.

13. Estimativas de valor justo: Estimativas e julgamentos contábeis críticos: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo é determinado por meio de técnicas de avaliação. A Companhia usa julgamento para selecionar entre uma variedade de métodos e faz premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes no final de cada período de relatório. (a) Análise: Os principais instrumentos financeiros e as premissas assumidas pela Companhia para sua valorização estão descritos abaixo: • Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes - considerando sua natureza, prazos e vencimento, os valores contábeis aproximam-se do seu valor justo. • Passivos financeiros - estes instrumentos estão sujeitos às taxas de juros usuais de mercado. O valor justo é baseado no valor presente dos desembolsos de caixa futuros esperados, a taxas de juros atualmente disponíveis para dívidas com vencimentos e prazos semelhantes e ajustadas pelo risco de crédito da Companhia. Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, exceto para determinados contratos para os quais a Companhia optou pela opção de valor justo. • Instrumentos financeiros derivativos - o valor justo é determinado pelo cálculo de seu valor presente por meio de curvas de juros nas datas de fechamento. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos são desenvolvidos com base em dados da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - B3, Banco Central do Brasil, LME e Bloomberg, interpolados entre os vencimentos disponíveis. Os principais instrumentos financeiros derivativos são: • Contratos de swap - o valor presente dos



continuação

ativos e passivos é calculado através do desconto dos fluxos de caixa previstos pela taxa de juros da moeda em que o swap é denominado. A diferença entre o valor presente dos ativos e dos passivos gera seu valor justo. Contratos a termo - o valor presente é estimado descontando o valor nominal multiplicado pela diferença entre o preço futuro na data de referência e o preço contratado. O preço futuro é calculado usando o rendimento de conveniência do ativo subjacente. É comum o uso de contratos a termo asiáticos sem entrega para cobertura de posições de metais não ferrosos. Os contratos asiáticos são derivativos em que o subjacente é o preço médio de determinado ativo em um intervalo de dias. Contratos de opções - o valor presente é estimado com base no modelo Black e Scholes, com premissas que incluem preço do ativo subjacente, preço de exercício, volatilidade, prazo de vencimento e taxa de juros. O preço do ativo subjacente e o preço médio da taxa de câmbio no mês de fixação. (b) Hierarquia de valor justo: Os ativos e passivos financeiros reconhecidos e mensurados pelo valor justo foram classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de mensuração do valor justo, conforme segue:

Table with columns: Ativo, Passivo, Nível 2, Total. Rows include Instrumentos financeiros derivativos, Contas a receber de clientes, etc.

Table with columns: Ativo, Passivo, Nível 2, Total. Rows include Instrumentos financeiros derivativos, Contas a receber de clientes, etc.

(i) Conforme explicado acima, alguns empréstimos e financiamentos são mensurados pelo valor justo. O valor contábil de outros instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado não difere significativamente de seu valor justo. A Companhia divulga as mensurações do valor justo com base em seu nível na seguinte hierarquia de mensuração do valor justo: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos negociados em mercados ativos na data do balanço. Um mercado é considerado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis em uma bolsa, revendedor, corretor, grupo industrial, serviço de precificação ou agência reguladora, e esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em condições de mercado. O preço de mercado cotado utilizado para ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de oferta atual. Nível 2: Instrumentos financeiros não negociados em um mercado ativo para o qual o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação, quando todos os dados significativos necessários para identificar o valor justo de um instrumento são observáveis. As técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem: • Os preços cotados de mercado ou cotações do negociante para instrumentos semelhantes são usados quando disponíveis; • Os valores justos dos swaps de taxa de juros são calculados pelo valor presente do fluxo de caixa futuro estimado com base em curvas de juros observáveis; e • O valor justo dos contratos de câmbio a prazo é determinado utilizando as taxas de câmbio a prazo na data do balanço, com o valor resultante descontado a valor presente. Outras técnicas, como análise de fluxo de caixa descontado, são utilizadas para determinar o valor justo dos demais instrumentos financeiros. Nível 3: As entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (ou seja, entradas não observáveis) são classificadas como Nível 3. Em 31/12/2023, não havia ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo classificados como Nível 3. 14. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os descobertos bancários são apresentados em Empréstimos e financiamentos no passivo circulante no balanço patrimonial.

Table with columns: Moeda nacional, Moeda estrangeira, 2024, 2023. Rows include Caixa e bancos, Depósitos bancários, etc.

A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa em moeda local é equivalente a 96,93% a.a. do CDI (31/12/2023 - 94,50% a.a. do CDI). 15. Aplicações financeiras: Política contábil: As aplicações financeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor justo no momento em que são adquiridas e classificadas como caixa e equivalentes de caixa. As aplicações financeiras são utilizadas como parte da estratégia de gerenciamento de caixa da Companhia e são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

Table with columns: (a) Composição, 2024, 2023. Rows include Quotas de fundos de investimento (i), Certificados de Depósito Bancário - CDBs, etc.

(i) O fundo de investimento é detido exclusivamente pela Votorantim S.A. e suas subsidiárias. A carteira do fundo é composta por acordos de recompra de títulos do tesouro. 16. Instrumentos Financeiros Derivativos: Política contábil: Os derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são posteriormente mensurados pelo valor justo. Os derivativos são utilizados apenas para fins de mitigação de risco e não como investimentos especulativos. Quando os derivativos não atendem aos critérios de contabilidade de hedge, são classificados como mantidos para negociação e contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia documenta no início da operação de hedge a relação entre os instrumentos de hedge

de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge quanto de forma contínua, se os derivativos que são usados em transações de hedge e contabilizados como hedge accounting foram e continuarão sendo altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo ou fluxo de caixa dos itens protegidos. (i) Hedge de fluxo de caixa: Os derivativos designados para reconhecimento contábil de hedges são qualificados como hedge de fluxo de caixa quando estão relacionados a uma transação prevista altamente provável. A parcela efetiva das mudanças no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido em "Outros resultados abrangentes acumulados" e é subsequentemente reclassificada para a demonstração do resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados protegidos afetam a demonstração do resultado. O ajuste de reclassificação é reconhecido na mesma linha da demonstração do resultado afetada pela transação prevista altamente provável, enquanto os ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são reconhecidos imediatamente como "Outras receitas e despesas, líquidas". Quando um instrumento de hedge expira, é vendido ou deixa de atender aos critérios de contabilização de hedge, qualquer ganho ou perda cumulativa existente no patrimônio líquido naquele momento permanece no patrimônio líquido e é reconhecido quando a transação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando uma transação prevista não é mais esperada, o ganho ou perda acumulado anteriormente contabilizado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em Outras receitas e despesas, líquidas. Atualmente, a Companhia classifica como hedge de fluxo de caixa apenas as estratégias relacionadas a descasamentos de períodos de cotação. (ii) Hedge de valor justo: Os derivativos designados para contabilidade de hedge são qualificados como hedge de valor justo quando estão relacionados a ativos ou passivos já reconhecidos no balanço patrimonial. As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo e as variações no valor justo do item protegido são registradas na demonstração do resultado no mesmo período. (iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados como instrumentos de hedge são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outras receitas e despesas, líquidas" quando relacionadas ao risco de preço e em "Resultados financeiros líquidos" quando relacionadas ao risco de taxa de juros ou taxa de câmbio. Atualmente, a Companhia não designa como instrumentos de hedge as estratégias relacionadas à venda de zinco a preço fixo.

Table with columns: (a) Valor justo por estratégia, 2024, 2023. Rows include Termos de zinco, Hedged de operações de venda de zinco a preço fixo, Risco com taxa de juros, etc.

(b) Alocação do valor justo: Termos de zinco - Hedge para Período Cotacional, Termos de zinco - Hedge de Operações Comerciais a Preço Fixo, Swaps taxa fluante em IPCA, Swaps taxa fixa em EUR.

Table with columns: CPV, Receita, Resultado financeiro, Outros resultados abrangentes, Ganho (perda) realizada, 2024, 2023. Rows include Termos de zinco - Hedge para Período Cotacional, etc.

17. Contas a receber de clientes: Política contábil: As contas a receber de clientes são valores devidos de clientes por mercadorias vendidas no curso normal dos negócios da Companhia. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas por: (i) Valor justo por meio do resultado quando relacionados à carteira de recebíveis da Companhia que está incluída em um programa de forfeiting pelo qual a Companhia, a seu critério, pode descontar certas contas a receber de clientes em aberto e receber pagamentos antecipados. O programa é utilizado para atender às necessidades de liquidez de curto prazo. As contas a receber de clientes desse programa são baixadas, uma vez que todos os riscos e benefícios, controle dos ativos e direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos são transferidos para a contraparte. (ii) Valor justo por meio do resultado quando relacionados a vendas que são posteriormente ajustadas às variações de preços na LME. Essas contas a receber não atendem aos critérios do SPPI porque há um componente de risco de preço de commodities que modifica os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato de venda. (iii) Custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos redução ao valor recuperável, quando os recebíveis não atendem às classificações mencionadas anteriormente. O risco de crédito pode surgir do não cumprimento pelas

contrapartes de suas obrigações contratuais com a Companhia. Para garantir uma avaliação eficaz do risco de crédito, a administração aplica procedimentos relacionados à solicitação de concessão e aprovação de crédito, renovação de limites de crédito, monitoramento contínuo da exposição de crédito em relação aos limites estabelecidos e eventos que desencadeiam exigências de prazos de pagamento garantidos. Como parte do processo da Companhia, as exposições de crédito com todas as contrapartes são monitoradas e avaliadas regularmente. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 para mensurar as perdas por redução ao valor recuperável para contas a receber de clientes. Essa abordagem requer o uso das perdas de crédito esperadas ao longo da vida em suas contas a receber de clientes mensuradas pelo custo amortizado. Para calcular as perdas de crédito esperadas ao longo da vida, a Companhia utilizou uma matriz de provisão e informações prospectivas. As adições para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes estão incluídas nas despesas de vendas. As contas a receber de clientes são geralmente baixadas quando não há expectativa de recuperação de caixa adicional.

Table with columns: (a) Composição, 2024, 2023. Rows include Reais, Dólar Norte-Americano, Euro, etc.

Table with columns: (b) Movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, 2024, 2023. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, Reversões, etc.

Table with columns: (c) Análise por moeda, 2024, 2023. Rows include Reais, Dólar Norte-Americano, Euro, etc.

Table with columns: (d) Contas a receber por faixa de vencimento, 2024, 2023. Rows include À vencer, Vencidos até 3 meses, Vencidos de 3 a 6 meses, etc.

Apesar do aumento de saldos vencidos de contas a receber, parte substancial é com sua controladora e a Companhia não constituiu provisão dada ao fato de não haver histórico de perdas e por possuir expectativa de que receberá a totalidade dos valores em aberto. 18. Estoques: Política contábil: O estoque é demonstrado pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas gerais fixas de produção (com base na capacidade operacional normal). Os custos indiretos de produção variáveis são incluídos no custo de estoque com base no nível de produção real. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido de quaisquer despesas adicionais de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. A provisão para estoque obsoleto - produtos acabados, produtos semiacabados, matérias-primas e materiais auxiliares - é constituída quando os itens não podem ser utilizados na produção normal ou vendidos por estarem danificados ou não atenderem às especificações da Companhia. A provisão para movimentação lenta é reconhecida para itens de estoque que excedem o uso normal esperado ou a venda. O valor da provisão de baixa movimentação reconhecida é determinado com base em 20% do valor contábil para cada período de seis meses sem uso ou venda.

Table with columns: (a) Composição, 2024, 2023. Rows include Produtos acabados, Produtos semiacabados, Matérias-primas, etc.

Table with columns: (b) Movimentação da estimativa de perdas de estoques, 2024, 2023. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, Reversões, etc.

19. Tributos a recuperar: Política contábil: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS, IRPJ e CSLL, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Crédito tributário, Outros.

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, etc.

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS, etc.

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Crédito tributário, etc.

20. Partes relacionadas: As partes relacionadas da Companhia são as empresas controladas, coligadas, entidades relacionadas, a controladora e pessoal-chave da administração da Companhia.

Table with columns: (a) Balanço patrimonial, 2024, 2023. Rows include Contas a receber de clientes, Dividendos a receber, etc.

Table with columns: (b) Demonstração de resultado, 2024, 2023. Rows include Compras, Vendas, Resultado Financeiro, etc.

Table with columns: (i) Informações sobre as Companhias investidas, 2024. Rows include Sociedade controladora, Sociedade controladas e coligadas, etc.

(i) Como parte da execução do projeto de Aripuanã, a Companhia celebrou um contrato de serviços de desenvolvimento de mineração com a Andrade e Gutierrez Engenharia S.A., no qual um membro próximo da família de um diretor da Companhia pode ter influência significativa em sua participação. Além disso em junho de 2020 a Nexa BR firmou mais um contrato com o Consórcio Construtor Nova Aripuanã (consórcio do grupo Andrade Gutierrez de empresas) em conexão com serviços de construção e operação do projeto Aripuanã. (ii) A Companhia celebrou contrato com a VSA em 04/09/2008, para serviços prestados pelo Centro de Excelência ("CoE") da VSA relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, back office, contabilidade, impostos, assistência técnica, e treinamento, entre outros. De acordo com um acordo de compartilhamento de custos, a Companhia reembolsa a VSA pelas despesas relacionadas a essas atividades em relação à Companhia. (iii) Aquisição de energia elétrica no modelo de autoprodução por equiparação.

Table with columns: 21. Investimentos: (a) Composição, 2024, 2023. Rows include Investimentos avaliados por equivalência patrimonial, Controladas, etc.

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Investimentos avaliados por equivalência patrimonial, Controladas, etc.

Table with columns: (b) Informações sobre as Companhias investidas, 2024. Rows include Sociedade controladora, Sociedade controladas e coligadas, etc.



continuação

Nexa Recursos Minerais S.A.

Main financial statement table with columns for 2023 and 2024, including sections for (a) Composition and movement, (b) Intangible assets, and (c) Investment movement. Includes detailed notes on impairment, depreciation, and asset classification.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 917B-8FDC-D473-211D.



## continuação

Sistema Especial de Liquidação e Custódia; SOFR – Secured Overnight Financing Rate; TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Até dezembro de 2017, a TJLP era o custo básico de financiamentos do BNDES. A partir de janeiro de 2018 a Taxa de Longo Prazo (TLP) passou a ser o principal custo financeiro dos financiamentos do BNDES.

## (b) Movimentação:

	2024	2023
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>2.483.649</b>	<b>1.647.150</b>
Captações	1.018.090	276.901
Incorporação de dívidas da Dardanelos	–	729.596
Provisão de juros	296.872	177.435
Ajuste a valor justo – Nota 9	18.358	2.568
Amortização dos custos de captação	2.605	1.388
Alteração no valor justo do passivo financeiro atribuível a alteração do risco de crédito da Companhia	8.160	1.182
Juros pagos	(292.953)	(176.828)
Renegociação de dívidas	(12.990)	–
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(551.631)	(121.425)
Varição cambial	332.486	(53.912)
Adições dos custos de captação	(11.398)	(366)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>3.291.248</b>	<b>2.483.649</b>

## (c) Perfil de vencimento:

	A partir de					Total
	2025	2026	2027	2028	2029	
<b>Moeda nacional</b>						
BNDES	142.870	146.399	103.501	103.501	75.187	527.041
Debêntures	18.827	(1.019)	(1.019)	(1.019)	(1.019)	649.747
Agência de Fomento	11.247	11.017	11.017	11.017	11.017	22.036
<b>Moeda estrangeira</b>						
Nota de crédito exportação	14.771	(2.467)	554.774	(2.595)	575.742	–
Cédula de crédito bancário	1.060	–	–	309.615	–	310.675
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>188.775</b>	<b>153.930</b>	<b>668.273</b>	<b>420.519</b>	<b>660.927</b>	<b>1.198.824</b>

## (d) Análise por moeda:

	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Real	172.945	1.667.403	1.840.348	1.352.377
Dólar norte-americano	15.831	1.435.069	1.450.900	1.131.272
<b>Total</b>	<b>188.776</b>	<b>3.102.472</b>	<b>3.291.248</b>	<b>2.483.649</b>

## (e) Análise por indexador:

	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
<b>Moeda nacional</b>				
CDI	18.827	645.671	664.498	263.298
TJLP	33.691	82.818	116.509	128.346
Taxa pré-fixada	–	–	–	4
BNDES Selic	46.122	34.517	80.639	118.346
TLP	74.305	904.397	978.702	842.383
<b>Total</b>	<b>172.945</b>	<b>1.667.403</b>	<b>1.840.348</b>	<b>1.352.377</b>
<b>Moeda estrangeira</b>				
LIBOR	–	–	–	–
SOFR	15.831	1.435.069	1.450.900	1.131.272
<b>Total</b>	<b>15.831</b>	<b>1.435.069</b>	<b>1.450.900</b>	<b>1.131.272</b>
<b>Total</b>	<b>188.776</b>	<b>3.102.472</b>	<b>3.291.248</b>	<b>2.483.649</b>

(f) Captação de novos empréstimos: Em março de 2024, a Companhia realizou uma captação de empréstimo no valor de EUR 29.917 de euros (equivalente a R\$ 150.000) a uma taxa de juros bruta de 5,6% ao ano, com vencimento em junho de 2024. Além disso, foi estabelecido um Contrato Global de Derivativos (Swap) para troca da variação cambial do euro pela taxa DI (Depósito Interbancário) para acompanhar esta operação de empréstimo, com valor nominal de EUR 29.917, vencimento em 03/06/2024, e percentual de cobertura de 100% a um custo de CDI (Certificado de Depósito Interbancário) + 0,90%. Ambos os contratos foram classificados como valor justo por meio do resultado ou prejuízo. Em 03/06/2024, o *Note Agreement* foi liquidado em dinheiro, com um pagamento total de R\$ 158.727 (EUR 28.234), composto por R\$ 150.000 de principal e R\$ 1.973 de despesas com juros, incluindo R\$ 2.135 de variação cambial. Em 02/04/2024, a Companhia concluiu uma emissão de debêntures no valor de R\$ 650.000, com uma taxa de juros anual de CDI mais 1,50% ao ano, com prazo de 6 anos e pagamentos semestrais. A debênture foi emitida sob o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples” e submetida para registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o procedimento de registro automático de distribuição, conforme a Resolução CVM 160. A debênture é caracterizada como uma “debênture vinculada a ESG”, pois a Companhia terá a opção de prêmio de resgate ou amortização caso atinja determinadas metas ESG acordadas. O resgate antecipado total das notas ou as opções de amortização antecipada estarão disponíveis a partir de 01/04/2026, sujeito a um pagamento anual decrescente de um prêmio. Esse prêmio poderá ser reduzido se a Nexa atingir as metas anuais de redução de emissões de gases de efeito estufa estabelecidas no plano de metas ESG da Nexa para o período de 2025-2028. Em 12/06/2024, a Companhia contratou junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) uma linha de crédito ESG vinculada à melhoria contínua dos indicadores ambientais e sociais da Companhia, no valor de R\$ 200.000, com vencimento em março de 2032. A amortização ocorrerá em 72 parcelas consecutivas após um período de carência de 2 anos previsto no contrato, com um custo anual de IPCA mais 5,41% ao ano e uma taxa de spread de 1,84%. Após o período de carência de 2 anos, a taxa de spread de 1,84% poderá ser reduzida para 1,44% caso as metas ESG sejam atingidas; caso contrário, a taxa será elevada para 2,84%. (g) Prorrogação de contrato de Nota de Crédito à Exportação: Em março de 2024, a Companhia renegociou um empréstimo a prazo com um valor principal de USD 90.000, com vencimento em outubro de 2024, e com um custo baseado no prazo de três meses SOFR (“Secured Overnight Financing Rate”) mais 1,80% a.a. A dívida renegociada com a mesma contraparte tem um vencimento de fevereiro de 2029 e um custo de prazo de três meses SOFR mais 2,40% a.a. Esta transação foi contabilizada como modificação de dívida e um ganho de R\$ 15.585 foi reconhecido como receita financeira. (h) Garantias e obrigações contratuais: A Companhia possui determinados empréstimos e contratos de financiamento sujeitos a certos *covenants* financeiros em nível consolidado, tais como (i) índice de alavancagem, (ii) índice de capitalização e (iii) índice de cobertura do serviço da dívida, que são mensurados anualmente ao final de cada período de reporte. Quando aplicável, essas obrigações de cumprimento são padronizadas para todos os contratos de dívida. Em caso de descumprimento de qualquer dos *covenants* financeiros, a Companhia tem a possibilidade de remediar a situação mediante a concessão de garantias reais, fianças ou apresentação de garantias bancárias para os saldos devedores totais, dentro de um prazo que varia de 60 (sessenta) a 120 (cento e vinte) dias a partir da data de entrega das demonstrações financeiras consolidadas ou da data da comunicação formal por escrito emitida pelo banco, após o banco ter recebido o relatório de cumprimento dos *covenants* da Companhia, dependendo de cada contrato. Caso a Companhia não forneça nenhuma das medidas corretivas dentro do período estipulado, isso poderá resultar na antecipação do vencimento dos empréstimos. Como resultado, a Companhia pode perder o direito de postergar os pagamentos por mais de 12 meses e, consequentemente, poderá ter que classificar os empréstimos como passivos circulantes. Em 31/12/2024, a Companhia não estava em conformidade com um dos *covenants* financeiros incluídos nos contratos de empréstimo com o BNDES, referente ao índice de capitalização, que é medido como *Patrimônio Líquido/Ativos Totais* e deve ser igual ou superior a 0,3. Esse descumprimento se deve principalmente a prejuízos acumulados nos últimos três anos, perdas por *impairment*, eventos não recorrentes e impactos negativos resultantes da fase prolongada de *ramp-up* de Aripuanã. A dívida continua sendo apresentada como não circulante, uma vez que a Companhia obteve garantias bancárias antes de 31/12/2024. Além disso, em 19/02/2025 (evento subsequente), a Companhia obteve uma dispensa (*waiver*) para esse *covenant* abrangendo o período de 31/12/2024 a 31/12/2025. A Companhia permanece comprometida em adotar medidas para garantir o cumprimento de todos os índices financeiros e *covenants* nos próximos períodos, incluindo a revisão de sua estrutura de capital, a implementação de iniciativas para melhorar o desempenho operacional e a redução da exposição ao risco. Exceto pela questão envolvendo o BNDES mencionada acima, não ocorreram alterações relevantes nas garantias contratuais no exercício encerrado em 31/12/2024. 26. Fornecedores: Política contábil: As contas a pagar a fornecedores representam passivos por bens e serviços que foram fornecidos à Companhia antes do final do exercício e que não foram pagos. Os fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo circulante, a menos que o pagamento não seja devido em até 12 meses após o período de relatório. Esses valores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

27. Risco sacado: A Companhia possui contratos com alguns fornecedores cujo pagamento comercial varia entre 30 e 150 dias, sem qualquer garantia adicional. Nestes contratos, o fornecedor tem a opção de solicitar a um banco o adiantamento do pagamento de sua fatura comercial dentro de 150 dias, antes do vencimento da fatura. Como resultado desses contratos entre os fornecedores e o banco, os termos comerciais acordados com a Companhia não se alteram. De acordo com o acordo comercial, o fornecedor comunica à Companhia seu interesse em vender a fatura ao banco, e é apenas o fornecedor que pode decidir vender sua fatura a qualquer momento durante o período comercial. Com esta opção, os fornecedores podem melhorar sua posição de capital de giro. O banco paga ao fornecedor com um desconto de juros e a Companhia assume parte do pagamento de juros ao fornecedor. No entanto, Companhia entende que a apresentação separada dessas contas dentro de “Risco Sacado” é relevante para a compreensão da posição financeira da Companhia. Com base nos conceitos do IFRS 9, a Companhia avalia se o acordo de prorrogação do prazo de pagamento modifica substancialmente a obrigação original com base em avaliações qualitativas e quantitativas. Se a obrigação original não foi substancialmente modificada, a obrigação original permanece e é divulgada como “Risco Sacado”. Se a obrigação original foi substancialmente modificada, a Companhia desconsidera a obrigação original (Risco Sacado) e reconhece uma nova obrigação financeira como “Outras obrigações financeiras”. Qualquer ganho/perda é reconhecido no “Demonstração do Resultado”. A Companhia concluiu que, em 31/12/2024 e 2023, as transações mantêm sua essência como “Risco Sacado”, levando em consideração a política de avaliação da Nexa Recursos Minerais S.A. Os pagamentos dos valores principais são apresentados dentro do “caixa líquido provenientes

## Nexa Recursos Minerais S.A.

das atividades operacionais” na demonstração do fluxo de caixa da Companhia, de acordo com o IAS 7, já que a Companhia classifica as transações como risco sacado. (a) Saldo contábil dos passivos financeiros:

	2024	2023
	Dias após a fatura	Dias após a fatura
Mercado interno	176.596	115.142
Em 31/12/2024, as instituições financeiras pagaram o valor total de risco sacado aos fornecedores.	–	–
(b) Intervalo de datas de vencimento dos pagamentos.		
Obrigações que fazem parte do risco sacado	30 – 120	30 – 150
Contas a pagar comerciais comparáveis que não fazem parte das contas a pagar confirmadas	30 – 120	30 – 120

(c) Alterações não monetárias: Não houve combinações de negócios ou variações cambiais relevantes em nenhum dos períodos. 28. Obrigação de barragens, desmobilização de ativos, passivo ambiental e barragens: Política contábil: A provisão para obrigações de desmobilização de ativos inclui os custos de restauração e fechamento dos ativos de mineração e é reconhecida em função do desenvolvimento ou produção mineral, com base no valor presente líquido dos custos estimados de fechamento. As obrigações de barragens relativas às descaracterizações de suas estruturas incluem custos estimados obrigatórios conforme exigido pelo Governo Brasileiro. A administração usa seu julgamento e experiência anterior para determinar o escopo potencial do trabalho de reabilitação necessário e os custos relacionados associados a esse trabalho, que são reconhecidos como “Ativo imobilizado” para obrigações de retirada de ativos relacionadas a ativos de mineração em operação ou como “Outras receitas e despesas” para estruturas não operacionais e para descaracterização de barragens. As obrigações ambientais incluem custos relacionados à reabilitação de áreas danificadas pela Companhia em suas ações extrativistas (por exemplo - contaminação do solo, contaminação da água, entre outros) ou penalidades. Portanto, torna-se um evento que cria obrigações quando esses danos ambientais são detectados pela Companhia, quando uma nova lei exige que os danos existentes sejam retificados ou quando a Companhia aceita publicamente qualquer responsabilidade pela refinação, criando uma obrigação construtiva. Os custos para remediar uma eventual contaminação inesperada, que dá origem a uma perda provável e possa ser estimada com segurança, devem ser reconhecidos em outras receitas e despesas na demonstração do resultado. Além disso, os investimentos em infraestrutura, máquinas e equipamentos referentes a melhorias operacionais para evitar futuros danos ambientais, não são provisionados, pois se espera que esses ativos tragam benefícios econômicos futuros para as unidades operacionais, sendo assim capitalizados como ativo imobilizado. Os fluxos de caixa são descontados a valor presente usando uma taxa ajustada ao risco de crédito que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo a ser restaurado. Os encargos de taxa de juros relativos ao passivo são reconhecidos como despesa de acréscimo no resultado financeiro líquido. A diferença no valor de liquidação do passivo é reconhecida na demonstração do resultado. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: O reconhecimento inicial e as revisões subsequentes das obrigações de desmobilização de ativos, barragens e obrigações ambientais consideram custos críticos de fechamento e reparos futuros e diversas premissas como taxas de juros, inflação, vida útil dos ativos e o momento estimado em que o dispêndio será executado. Essas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia ou quando houver mudança relevante nessas premissas. As estimativas de custo podem variar em resposta a muitos fatores de cada local que incluem tempo, vida esperada da mina, mudanças nos requisitos legais ou governamentais relevantes e compromissos com as partes interessadas, revisão das opções de remediação e abandono, surgimento de novas técnicas de restauração, entre outros. Os projetos de engenharia para cada passivo encontram-se em diferentes estágios de maturidade, alguns deles ainda em fase de engenharia conceitual, para os quais a estimativa de gastos inclui em sua metodologia um alto grau de incerteza na definição do custo total do projeto de acordo com melhores práticas de mercado. Especialistas externos apoiam o processo de estimativa de custos quando apropriado. Esses fatores isolados ou consolidados podem afetar significativamente os resultados financeiros futuros e a posição do balanço patrimonial. (a) Composição e movimentação

	2024		2023	
	Obrigações com desmobilização de ativos ambientais	Obrigações com desmobilização de barragens (iii)	Total	Total
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>614.282</b>	<b>262.099</b>	<b>34.475</b>	<b>910.856</b>
Adições	267.519	212	–	40.387
Incorporação de passivos da Dardanelos	–	–	–	36.552
Baixa (i)	(80.655)	(5.016)	–	(85.671)
Liquidação	(51.163)	(16.468)	–	(67.631)
Ajuste a valor presente	41.875	18.537	2.822	63.234
Remensuração pela taxa de desconto (i)/(ii)	(38.258)	(61.817)	4.932	(95.143)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>753.600</b>	<b>197.547</b>	<b>42.229</b>	<b>993.376</b>
Curto prazo	79.335	22.773	19.018	121.126
Longo prazo	674.265	174.774	23.211	872.250

(i) Em 31/12/2024, a taxa ajustada ao risco de crédito para o Brasil estava entre 4,02% a 8,51% (dezembro 31, 2023: 6,94% a 11,11%). (ii) A variação no exercício findo em 31/12/2024, deve-se principalmente à mudança temporal nos desembolsos esperados com obrigações de desmobilização em determinadas operações, de acordo com atualizações em seus estudos de desmobilização de ativos e obrigações ambientais, e pelo aumento do desconto de taxas, conforme descrito acima. Desta forma, as obrigações de desmobilização de ativos operacionais, aumentaram no montante de R\$ 39.074 (31/12/2023: aumento de R\$ 56.268) conforme nota 22; e ganho com desativação de ativos e obrigações ambientais para ativos não operacionais em R\$ 60.789 (31/12/2023: despesa de R\$ 25.877) conforme demonstrado na nota 8. (iii) A Companhia vem realizando estudos de engenharia para confirmar o método construtivo de algumas estruturas de contenção de resíduos industriais muito antigas e inativas de pequeno porte, que estão fechadas há mais de 20 anos. Nenhum deles contém rejeitos de mineração, água ou resíduos líquidos. Com base nos resultados dos estudos conceituais de engenharia, a Companhia provisionou valores relativos aos custos estimados de obrigações adicionais antecipadas em relação a essas estruturas fechadas. 29. Provisões: Política contábil: Provisões para demandas judiciais e depósitos judiciais: As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva presente como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões são estimadas periodicamente, e a probabilidade de perda é suportada pelos assessores jurídicos da Companhia. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como Despesas financeiras. Quando o processo é garantido por depósito judicial, a Companhia compensa a provisão com o valor do depósito judicial no balanço. No entanto, a Companhia também mantém depósitos judiciais para ações cuja probabilidade de perda é possível ou remota e para as quais nenhuma provisão é constituída. Nessas situações, esses valores são reconhecidos como depósitos judiciais em aberto no patrimônio da Companhia. Estimativas e julgamentos contábeis críticos - Provisões para processos judiciais: A Companhia é parte de processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais em andamento que tramitam em diferentes instâncias judiciais. As provisões para possíveis desfechos desfavoráveis de litígios em andamento são constituídas e atualizadas com base na avaliação da administração, apoiada nas posições dos assessores jurídicos externos, e requerem alto grau de julgamento nas matérias envolvidas. As reivindicações de IRPJ são discutidas na seção de IRPJ corrente e diferido (nota 10). Passivos contingentes: Reivindicações legais com probabilidade de perda possível de surgir uma obrigação são divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não reconhece um passivo porque é improvável que uma saída de caixa seja necessária ou porque o valor do passivo não pode ser calculado com segurança. (a) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e depósitos judiciais remanescentes: As provisões e os correspondentes depósitos judiciais são os seguintes:

	2024		2023	
	Depósitos judiciais remanescentes	Depósitos judiciais remanescentes	Total	Total
Tributárias	(6.925)	49.973	43.048	50.926
Trabalhistas	(3.288)	92.997	89.709	25.134
Cíveis	–	1.620	1.620	112
Ambientais	–	6.070	6.070	6.614
<b>Total</b>	<b>(10.213)</b>	<b>150.660</b>	<b>140.447</b>	<b>82.786</b>

(b) Movimentação do ano:

	2024		2023	
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais
Adições	1.516	36.230	155	9.397
Reversões	(9.188)	(30.715)	–	(10.665)
Depósitos judiciais	(283)	2.667	–	2.384
Atualizações Monetárias	3.310	7.602	91	(4.060)
Liquidação	(78)	(12.296)	(2)	(73)
<b>Total</b>	<b>43.048</b>	<b>89.709</b>	<b>1.620</b>	<b>6.070</b>

(c) Resumo do passivo contingente: A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para os quais não há provisão constituída.

	2024	2023
	Total	Total
Tributárias (i)	422.520	396.626
Trabalhistas (ii)	56.436	48.664
Cíveis (iii)	66.663	62.082
Ambientais (iv)	610.516	589.639
<b>Total</b>	<b>1.156.135</b>	<b>1.097.011</b>

(i) Comentários sobre passivos fiscais contingentes: Os principais passivos contingentes relacionados a processos tributários são discutidos abaixo. Compensação pela exploração de recursos minerais: Refere-se a autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral do Brasil por suposta falta de recolhimento ou pagamento a menor de compensação financeira pela exploração

de recursos minerais (“CFEM”). O efeito financeiro estimado deste passivo contingente é de R\$ 66.085. Impostos indiretos sobre vendas: Refere-se a autuações emitidas pela Receita Federal do Brasil relativas a determinados créditos tomados pela Companhia no cálculo desses impostos indiretos sobre vendas. O efeito financeiro estimado deste passivo contingente é de R\$ 21.368. Imposto sobre valor agregado sobre vendas: Refere-se a autuações lavradas pelas autoridades fiscais do Estado de Minas Gerais relativas ao seguinte: • Incidência de imposto sobre valor agregado sobre vendas de determinados contratos de energia. O efeito financeiro estimado deste passivo contingente é de R\$ 95.388. • A Companhia foi questionada pelo fisco em relação a determinados créditos de compra de ativo imobilizado. O efeito financeiro estimado deste passivo contingente é de R\$ 40.916. (ii) Comentários sobre passivos trabalhistas contingentes: Incluem diversas ações movidas por ex-

empregados, terceiros e sindicatos, principalmente pleiteando o pagamento de indenizações por demissões, adicional de insalubridade e periculosidade, horas extras e deslocamento, bem como pedidos de indenização por ex-empregados e terceiros com base em doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. O valor individual dos créditos não é relevante. (iii) Comentários sobre passivos cíveis contingentes: A principal responsabilidade civil contingente está relacionada a ações indenizatórias contra a Companhia alegando danos materiais, morais e patrimoniais. O efeito financeiro estimado deste passivo contingente é de R\$ 61.000. (iv) Comentários sobre passivos ambientais contingentes: Os principais passivos ambientais contingentes foram movidos por comunidades de pescadores contra a Companhia para indenização, indenização por danos materiais e morais devido à suposta poluição do rio São Francisco próximo à operação de Três Marias da Companhia no Brasil. O efeito financeiro estimado desses passivos contingentes é de R\$ 413.442. 30. Patrimônio Líquido: Política contábil: (a) Capital social: É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. Em 31/12/2024 e 2023, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 3.584.314 está representado por 4.142.965 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (b) Dividendos: De acordo com o estatuto social da Companhia, os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal. (c) Lucro líquido (prejuízo) básico por ação: O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. (d) Reserva legal e de retenção de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou lucro remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. (e) Ajustes de avaliação patrimonial: As alterações nos outros resultados abrangentes acumulados são as seguintes:

	Varição cambial	Hedge de investimento no exterior	Hedge de investimento operacional	Mudanças no valor justo de passivos financeiros	Outros componentes do resultado abrangente	Total
	Em 1º/01/2022	3.089.942	8.569	45	28.060	(165.053)
Varição cambial de investimentos localizados no exterior	(4.417)	–	–	–	–	(4.417)
Hedge accounting operacional, líquido de impostos	–	(2.155)	–	–	–	(2.155)
Alteração no valor justo do passivo financeiro atribuído a alteração do risco de crédito da Companhia, líquido de impostos	–	–	–	(1.832)	–	(1.832)
Em 31/12/2023	3.085.525	8.569	(2.110)	26.228	(165.053)	2.953.159
Varição cambial de investimentos localizados no exterior	19.632	–	–	–	–	19.632
Hedge accounting operacional, líquido de impostos	–	946	–	–	–	946
Alteração no valor justo do passivo financeiro atribuído a alteração do risco de crédito da Companhia, líquido de impostos	–	–	–	(5.387)	–	(5.387)
Em 31/12/2024	3.105.157	8.569	(1.164)	20.841	(165.053)	2.968.350

(f) Ações em transações de capital: Em 18/06/2014 a controlada indireta da Companhia, Votorantim Andina S.A. (“VASA”) vendeu sua participação de 99,9125% na Votorantim Metais Cajamarquilha S.A. à VM Holding S.A. gerando um ágio em transação de capital no valor de R\$ 823.876. Em 2018 ocorreu uma alteração de percentual de capital em investimentos reduzindo o ágio em transação de capital em R\$ 4.452. Em 16/10/2019 por meio da subsidiária Votorantim Metals Canada Inc. a Companhia adquiriu 100% de participação na Karmin Exploration Inc. (“Karmin”) que possuía 30% de participação na Mineração Dardanelos Ltda. (“Dardanelos”), controlada direta da Companhia. Essa operação gerou um ágio em transação de capital no montante de R\$ 292.345. Em 28/04/2020 o Conselho de Administração da Nexa Resources Peru S.A.A. aprovou a venda da participação na Dardanelos o qual gerou um ágio em transação de capital de R\$ 74.276 correspondendo à sua participação de 7,7% na Mineração Dardanelos, com a Companhia. 31. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Redução ao valor recuperável de ativos em investimentos: Como parte dos procedimentos de teste de recuperabilidade de ativos, o ágio decorrente de uma combinação de negócios resultante da compra de um investimento é alocado a uma unidade geradora de caixa (UGC) ou grupos de UGCs onde é esperado que a Companhia se beneficie através de entrada de fluxos futuros, é monitorado pela administração. O ágio é testado anualmente durante o terceiro trimestre, independentemente de haver um indicador de *impairment* ou, mais frequentemente, se as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”): A Companhia avalia a cada data de relatório, se há indicadores de que o valor contábil de um ativo ou UGC, incluindo saldo de ágio, pode não ser recuperado. Se houver algum indicador, como uma mudança nos preços previstos de commodities, um aumento significativo nos custos operacionais, uma diminuição significativa nos volumes de produção, uma redução na vida útil da mina, o cancelamento ou redução significativa no escopo de um projeto, condições de mercado ou eventos não usuais que possam afetar os



continuação

Nexa Recursos Minerais S.A.

melhorias ou desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes daquelas usadas no cálculo de FVLCD e, consequentemente, o cálculo de VIU provavelmente dará um resultado diferente...

ativos pertencem a operações integradas, e mudanças nas UGCs podem impactar os encargos e reversões de impairment. Ao aplicar seu julgamento no agrupamento das UGCs, a Companhia concluiu...

Reversão (provisão) de impairment
Morro Agudo 49.458 (292.294)
Outros ativos (5.950) (28.458)
Total 43.508 (320.752)

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows include Preço do zinco a longo prazo, Preço de venda de energia a longo prazo, Taxa de desconto, Taxa de câmbio, Projeto Brownfield - LOM, Prazo para término da concessão.

(b) Análise de sensibilidade - UGCs testadas: A Companhia estimou o montante pelo qual valor atribuído às principais premissas deve mudar para que o valor recuperável da UGC avaliada, que não sofreu redução ao valor recuperável, seja igual ao seu valor contábil:

Table with 5 columns: UGC, Excesso recuperável, Redução ao longo prazo Zinco (USD/t), Aumento na taxa de desconto, Valorização do BRL sobre o USD. Rows include Juiz de Fora.

32. Compromissos a longo prazo: (a) Caução Ambiental para Barragens: Em 30/12/2023, o Estado de Minas Gerais publicou o Decreto 48.747 de 2023, que regulamentou a exigência de garantia ambiental prevista na Lei 23.291 de 25/02/2019...

Table with 6 columns: Name, Title, Position. Includes Juan Ignacio Rosado Gomez De La Torre, Jones Aparecido Belther, Mauro Davi Boletta, José Carlos del Valle Castro, Leonardo Nunes Coelho, Jamile Kazue Inamassu Busnelo.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Nexa Recursos Minerais S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Nexa Recursos Minerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data...

comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado. Testamos a coerência do modelo utilizado, a exatidão matemática dos cálculos, incluindo análise de sensibilidade das premissas. Efetuamos também a revisão das divulgações sobre o teste de impairment nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos saldos de ágios e de ativos não financeiros, são razoáveis e as divulgações em notas explicativas são consistentes com os dados e as informações obtidas. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)...

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Curitiba, 4 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 25P000160/F-6. Viniúcius Ferreira Britto Rego Contador CRC 1BA024501/0-9



Porque é um PAA: Avaliação ao valor recuperável (impairment) de ágios e ativos não financeiros (Notas 21, 22, 23 e 31): A Companhia apresenta saldos de ágios, decorrentes de combinação de negócios, e de ativos não financeiros, que incluem imobilizado, intangível e investimentos, os quais estão sujeitos ao teste de impairment. As avaliações da recuperabilidade dos ágios são realizadas ao menos uma vez por ano e, para os demais ativos não financeiros, o teste de impairment é realizado caso seja identificado algum indicador de que o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil. Os testes de impairment são realizados por meio do método do valor justo menos o custo de alienação para cada ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC), a qual os ativos se relacionam, incluindo os ágios, quando aplicável. Condições econômicas adversas podem fazer com que essas premissas apresentem alterações significativas às projetadas pela Companhia com consequente impacto nas demonstrações financeiras, razão pela qual esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, atualização do entendimento e avaliação dos controles internos relevantes estabelecidos relacionados ao teste de impairment dos ativos e das UGCs, incluindo os saldos de ágios. Com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos, analisamos a razoabilidade do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções e das principais premissas utilizadas, relacionadas às taxas de desconto, preço de longo prazo do zinco, e preço de venda de energia a longo prazo (aplicável à UGC Pollarix S.A.), dentre outras premissas,

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/917B-8FDC-D473-211D> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 917B-8FDC-D473-211D



### Hash do Documento

6zNy89TY4K7uSATi4b5IPfQNPyoGudfFkAO5bPobh4=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2025 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) -  
19.207.588/0001-87 em 07/04/2025 21:53 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA  
INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

